A atuação do Brasil para promoção da paz em Angola: um debate sobre o "*Brazilian way*" (1989 - 2010)

The Brazilian role in the promotion of peace in Angola: a debate on the "Brazilian way" (1989 – 2010)

Thaíse Kemer[1]

RESUMO: *À luz do conceito de peacebuilding, criado por Johan Galtung, o artigo analisa a participação do Brasil no caso de Angola, entre 1989 e 2002. A hipótese é que a inserção do Brasil nesse processo de paz teve foco no envio de tropa para as missões de manutenção de paz da ONU, ao invés de enfatizar uma agenda de longo prazo para a promoção da paz, calcada na cooperação para o desenvolvimento. A pesquisa utiliza fontes primárias, como documentos do Congresso Brasileiro, quanto secundárias, como artigos especializados. Além da introdução e da conclusão, o artigo divide-se em três partes. A primeira parte contextualiza a participação do Brasil no contexto das missões de paz em Angola, entre 1989 e 2002. A segunda parte analisa os projetos de cooperação entre o Brasil e Angola no mesmo período. A terceira seção debate a existência de uma "forma brasileira" de promoção da paz em Angola. Conclui-se que: (1) o cerne das ações do Brasil para a promoção da paz angolana recaiu sobre o envio de tropas e; (2) a cooperação técnica esteve mais relacionada à política externa do presidente Lula do que ao processo de paz angolano. Assim, verificam-se limites à ideia de uma "forma brasileira" de promoção da paz em Angola*.

PALAVRAS-CHAVE: Construção da Paz; Missões de Manutenção de Paz; Cooperação; Brasil; Angola.

Abstract: *Regarding the concept of peacebuilding, conceived by Johan Galtung, this paper analyses the participation of Brazil in the case of Angola, between 1989 and 2002. The hypothesis adopted is that the role of Brazil in this process has focused in sending troops to the United Nations peacekeeping missions, rather than emphasizing a long term agenda with a focus on development. The research uses both primary sources, such as documents from the Brazilian Congress, and secondary sources, such as specialized papers on the subject. Besides an introduction and a conclusion, the paper is divided into three parts. The first part debates the context of the participation of Brazil in the peacekeeping missions in Angola, between 1989 and 2002. The second part analyses the Brazilian cooperation projects with Angola in the same period. The Third part discusses the existence of a Brazilian way of promoting peace in Angola. The paper concludes that: (1) the main focus of the Brazilian participation in the Angolan peace process was related with the participation of Brazilian troops and; (2) the Brazilian technical cooperation with Angola*

[1] Thaíse Kemer é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestra em Ciência Política pela mesma instituição e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da UFPR. (Curitiba, Brasil, thaise.kemer@gmail.com).

was mainly related with the Brazilian foreign policy during the Lula years. Thus, the paper evinces the limits to the idea of a Brazilian way of promoting peace in Angola.
Keywords: Peacebuilding; Peacekeeping missions; Cooperation; Brazil; Angola.

INTRODUÇÃO

No período anterior ao fim da Guerra Fria, Johan Galtung afirmou que a noção de paz se refere não apenas à ausência da violência direta mas, também, à presença de estruturas sociais que possibilitem aos indivíduos o alcance da plenitude de suas potencialidades (GALTUNG, 1969; 1976). Sob esse pano de fundo, Michael Kai Kenkel (2011; 2013) argumenta que o Brasil teria uma forma própria de promover a paz em outros países, pois, por ser um país em desenvolvimento, agiria de forma mais solidária em processos de paz em países do Sul Global do que países desenvolvidos.

Para debater a existência dessa "forma brasileira de promoção da paz", o presente artigo tem o objetivo de analisar a participação do Brasil no caso de Angola, país africano lusófono que mantém um relacionamento de proximidade com o Brasil. Angola localiza-se na costa ocidental do continente africano, tem uma população de cerca de 20,8 milhões de habitantes (FONSECA et al., 2015, p. 12) e apresenta um baixo nível de desenvolvimento, a despeito de suas importantes riquezas naturais, com destaque para suas reservas de petróleo. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2015), o Índice de Desenvolvimento Humano para a Angola, em 2015, foi de 0,532, o que situa o país na 149º posição de um *ranking* de 188 países. Angola foi ex-colônia de Portugal e obteve sua independência em 1975, na esteira da Revolução dos Cravos, em 1974, que proporcionou o fim dos laços coloniais entre Portugal e suas colônias africanas, como Moçambique, Guiné-Bissau e Angola. Nesse contexto, o primeiro presidente de Angola foi Agostinho Neto, oriundo do partido Movimento Popular para a Libertação da Angola (MPLA), de orientação Marxista-Leninista (MEIJER e BIRMINGHAM, 2004, p. 10). Essa independência, no entanto, foi acompanhada de lutas internas entre o MPLA e outros dois principais partidos políticos do país, a União Nacional para a Independência da Angola (UNITA) e a Frente Nacional para a Libertação da Angola (FNLA). A guerra civil angolana foi polarizada pelo contexto da Guerra Fria, na medida em que o MPLA recebeu o apoio da União Soviética e de Cuba, a FNLA foi

apoiada pelos Estados Unidos e a UNITA, liderada por Jonas Savimbi, recebeu o apoio da China (FONSECA et al., 2015, p. 10). Após quatro décadas de conflito, a guerra civil terminou em 2002, no contexto da assinatura do *Memorandum de Luena* (MEIJER e BIRMINGHAM, 2004, p. 15). Nesse contexto, o país recebeu, entre 1989 e 2002, seis missões de paz das Nações Unidas, sendo que o Brasil esteve presente em cinco dessas missões. Assim, Angola foi escolhida para o estudo de caso por ter recebido o maior contingente de tropas brasileiras ao longo da década de 1990.

Nesse contexto, a pesquisa utiliza tanto fontes primárias, como resoluções das Nações Unidas, como artigos especializados sobre a Política externa brasileira para a África. O nível de análise utilzado é o da "virada local" nos estudos de *peacebuilding*, a qual, segundo Áureo Gomes (2013, p. 63): "...distingue-se na medida em que emerge a partir de uma crítica ao projeto liberal de reconstrução pós-conflito e se atenta para a dinâmica local como uma tentativa de se construir uma paz duradoura."

Além de uma introdução e de uma conclusão, o artigo divide-se em três partes. A primeira parte contextualiza a participação do Brasil no contexto das missões de manutenção da paz em Angola, entre 1989 e 2002. A segunda parte analisa os projetos de cooperação entre o Brasil e Angola no mesmo período, com vistas a identificar as interrelações entre o estabelecimento de projetos de cooperação e promoção da paz em Angola. Com base nos dados coletados, a terceira seção debate a existência de uma "forma brasileira" de promoção da paz em Angola. Conclui-se que: (1) o cerne das ações do Brasil para a promoção da paz angolana recaiu sobre o envio de tropas e; (2) a cooperação técnica foi menos relacionada ao processo de paz do que à política externa do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Na conclusão, afirma-se que a ideia de uma "forma brasileira" de promoção da paz em Angola apresenta limites, pois o Brasil centrou sua "promoção da paz" nas missões de paz das Nações Unidas, o que o situa no contexto de uma forma liberal de promoção da paz, em detrimento de uma política de promoção da paz cujas problematizações partam de dinâmicas locais.

1. A atuação do Brasil em Angola nas Operações de Paz das Nações Unidas

A presente seção analisa a atuação do Brasil no contexto das missões de manutenção da paz das Nações Unidas em Angola, no período que vai de 1989 a 2002. Sampaio (2015, p. 9) situa essas missões no contexto mais amplo dos conflitos em Angola, os quais são subdivididos pela autora em quatro fases: 1ª. Fase, de 1961 a 1975, marcada pelas guerras de independência entre grupos angolanos e o colonizador, Portugal; 2ª. Fase, de 1975 a 1988, período de guerras civis em Angola, caracterizado pela ausência da atuação das Nações Unidas naquele contexto, em razão da Guerra Fria e da consequente polarização do Conselho de Segurança em relação ao cenário angolano; 3ª. Fase, de 1989 a 2002, pautado pelas missões de paz em Angola e; 4ª. Fase, de 2002 até 2014, identificado pela autora como um período no qual se verifica a permanência da violência estrutural, uma forma de violência que, segundo Galtung (1969, p. 173 e p. 183) inviabiliza a distribuição equânime de recursos e de poder entre os indivíduos de uma sociedade e, portanto, impõe limites à realização plena do potencial desses. Com relação à terceira fase, Fontoura (2005, p. 216) destaca que o Brasil participou das cinco missões em Angola, as quais estão esquematizadas na Tabela 1:

Tabela 1: O Brasil nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Angola (1989 – 2002)

MISSÃO	MILITARES	POLICIAIS	CIVIS	PERÍODO
UNAVEM I	16	-	-	1989 – 1991
UNAVEM II	77	39	4	1991 – 1995
UNAVEM III	4.174	48	-	1995 – 1997
MONUA	35	39	-	1997 – 1999
UNMA	3	-	-	2002 – 2003

Fonte: Organizado pela autora com base em Fontoura (2005, p. 216)[2]

A *United Nations Angola Verification Mission I* (UNAVEM I) foi estabelecida por meio da Resolução nº 626, de 20 de dezembro de 1988 do Conselho de Segurança das

[2] Para uma análise detalhada das missões de paz das Nações Unidas, ver Bellamy *et al*. (2004).

Nações Unidas (S/RES/626, 1988). De acordo com o Exército Brasileiro, o objetivo dessa missão foi o de verificar a retirada de tropas cubanas do território angolano (EB, 2017). Nesse contexto, além do envio de observadores militares brasileiros, o Major General Péricles Ferreira Gomes comandou um contingente de 70 observadores militares das Nações Unidas (EB, 2017).

Em 1991, houve os Acordos de Bicesse, firmados entre o MPLA e a UNITA (MEIJER e BIRMINGHAM, 2004, p. 15). Os Acordos de Bicesse previram um cessar-fogo, a formação de forças armadas unificadas em Angola, a desmobilização de tropas, a restauração da administração do governo em áreas controladas pela UNITA e a realização de eleições multipartidárias parlamentares e presidenciais (*ibidem*). As eleições realizadas em setembro de 1992 deram a vitória ao MPLA, com 54% dos votos na Assembleia Nacional, contra 34% da UNITA e 12% de partidos minoritários (*ibidem*). Nas eleições presidenciais, José Eduardo dos Santos obteve 49,6% dos votos e Jonas Savimbi, 40,1 % (HODGES, 2001, p. 13-14). Como nenhum dos lados obteve a maioria absoluta, deveria haver um segundo turno das eleições presidenciais, o que, em razão do retorno dos conflitos violentos, nunca ocorreu (HODGES, 2001, p. 13-14).

Assim, o Acordo de Bicesse não foi suficiente para por um término na guerra civil angolana, de forma que as Nações Unidas implementaram uma nova missão de manutenção da paz no país, a *United Nations Angola Verification Mission II* (SAMPAIO, 2015, p. 10). Essa missão foi estabelecida por meio da resolução nº 696 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, estabelecida em 30 de maio de 1991 (S/RES/696, 1991) e, de acordo com o Exército Brasileiro (2017), teve o objetivo de monitorar os acordos feitos entre o governo angolano do MPLA e a UNITA no tocante ao monitoramento do cessar-fogo e das eleições no país. Nesse contexto, além do envio de observadores militares e policiais, o Brasil contribuiu com o envio de uma equipe médica composta por 14 médicos enfermeiros e militares. Nas eleições de 1992, foram enviados, também, observadores eleitorais (FONTOURA, 2005, p. 216).

A UNAVEM II, no entanto, não proporcionou o fim da guerra civil angolana. De acordo com Bellamy *et al*. (2004, p. 105), embora a UNAVEM II tenha conseguido criar um mecanismo de monitoramento, os rebeldes da UNITA e o governo angolano aproveitaram o momento de calmaria para promover seu rearmamento. Assim, em

1995, em um novo momento de cessar-fogo, a UNAVEM II foi substituída por uma missão muito maior, a *United Nations Angola Verification Mission* III (UNAVEM III). A UNAVEM III foi aprovada por meio da resolução nº 976, de 8 de fevereiro de 1995 (S/RES/976, 1995) e constituiu, em termos de contingente de tropas, a maior operação de manutenção da paz das Nações Unidas da década de 1990 (SAMPAIO, 2015, p. 11). Os objetivos da UNAVEM III foram os de apoiar as partes no reestabelecimento da paz e na reconciliação nacional (S/RES/976, 1995, p. 2). Nesse contexto, de acordo com Fontoura (2005, p. 216), o Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria composto por 800 homens, uma companhia de engenharia de 200 homens, dois postos de saúde, com 40 médicos e assistentes, e cerca de 40 oficiais do Estado Maior, além de policiais e militares.

Contudo, de acordo com Nsia-Pepra (2014, p. 106), o Ocidente não quis dar apoio indefinido a uma missão de paz tão grande quanto a UNAVEM III, de forma que o Conselho de Segurança reduziu a presença das Nações Unidas em Angola e aprovou a criação da *United Nations Observer Mission in Angola* (MONUA), por meio da Resolução 1118 (1997) de 30 de Junho de 1997. A MONUA, que substituiu a UNAVEM III, consistiu em uma força de 396 observadores e teve o propósito de apoiar os partidos no processo de paz, por meio do reforço da democracia e da reabilitação do país (NSIA-PEPRA, 2014, p. 106). De acordo com Fontoura (2005, p. 216), O Brasil contribuiu com observadores militares e policiais e cedeu oficiais do estado-maior. Com o término da missão, em 1999, o Brasil passou a contribuir com uma missão médica de 15 militares, até que a liquidação técnica da MONUA estivesse completa (FONTOURA, 2005, p. 216). De acordo com NSIA-PEPRA (2014, p. 106), a MONUA tampouco pode restaurar a paz em Angola, de forma que o Conselho de Segurança terminou essa missão por meio da Resolução 1229, de 1999 (S/RES/1229, 1999).

Com a retirada da MONUA, o Conselho de Segurança aprovou, por meio da Resolução 1268, de 15 de outubro de 1999 (S/RES/1268, 1999), a criação do Escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA). Os objetivos da UNOA eram estabelecer ligações com as autoridades políticas, militares, policiais e outras autoridades civis, com vistas a explorar medidas de restaurar a paz, apoiando Angola na área de construção de capacidades ("*capacity building*"), assistência humanitária e a promoção de direitos humanos (S/RES/1229, 1999, p. 2). A UNOA não contou com a participação do Brasil.

Por fim, as Nações Unidas criaram, por meio da resolução nº 143, de 15 de agosto de 2002, a *United Nations Mission in Angola* (UNMA) (S/RES/1433, 2002). A UNMA substituiu a UNOA e contou com a participação de três brasileiros, sendo um Coronel do Exército e dois tenentes-coronéis, os quais atuaram, respectivamente, como representante na Comissão Militar Conjunta e como oficiais de ligação (EB, 2017).

Essa breve contextualização histórica evidencia a contribuição do Brasil com o envio de tropas militares para as missões de manutenção da paz das Nações Unidas em Angola. Não obstante esse fato, a atuação do Brasil para a promoção da paz deve ser compreendida a partir de uma perspectiva mais ampla, a qual extrapole o âmbito das operações de manutenção da paz e identifique outras iniciativas brasileiras voltadas à promoção do desenvolvimento no território angolano. Para alcançar esse objetivo, a segunda seção delinea a cooperação técnica para o desenvolvimento entre Brasil e Angola, com vistas a fornecer elementos que possibilitem o aprofundamento do debate crítico sobre a contribuição do Brasil para a promoção da paz em Angola, e a possível existência de uma característica peculiar do Brasil em sua atuação internacional para a promoção da paz.

2. A CID entre Brasil e Angola: elos frágeis entre paz e desenvolvimento

Considerando que a promoção do desenvolvimento constitui aspecto central para o conceito de promoção da paz (GALTUNG, 1969, 1976), a presente seção analisa os projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento operacionalizados pelo Brasil em Angola, entre 1989 e 2010. O objetivo dessa análise é o de avaliar em que medida as iniciativas bilaterais de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tiveram relação com o contexto mais amplo do processo de paz angolano. Para tanto, a seção analisa, em primeiro lugar, o contexto da política externa brasileira entre os anos 1990 e 2010, com ênfase nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) e Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010). Posteriormente, a pesquisa apresenta os acordos de cooperação entre Brasil e Angola, obtidos por meio de pesquisa no Sistema de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2017).

De forma sintética, é possível afirmar que as relações entre o Brasil e os países do continente africano experimentaram um incremento significativo na passagem dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva. No que concerne ao governo de Fernando Henrique Cardoso, Mendonça et al. (2015, p. 8) afirmam que houve uma "exclusão" da África das prioridades da Política externa brasileira (PEB) daquele período. Os autores exemplificam essa afirmação recordando, por exemplo, que embaixadas brasileiras foram fechadas em diversos países, como na Etiópia, Tanzânia, Camarões, República Democrática do Congo, Togo e Zâmbia.

Mendonça *et al.* (2015, p. 8) argumentam ainda que a PEB passou por modificações durante os anos do governo Lula (2003-2010), no sentido de promover o fortalecimento das relações entre o Brasil e países africanos. De fato, entre 2006 e 2010, o orçamento anual da Agência Brasileira de Cooperação cresceu de 18.7 milhões de reais para 52.26 milhões de reais, (MRE, 2010a, p. 9), e, em 2009, metade desse montante destinou-se à países africanos (MRE, 2010a, p. 10, CALL E ABDENUR, 2017, p. 11). Além disso, Saraiva (2010, p. 178-179) destaca o expressivo número[3] de viagens do governo Lula ao continente africano, o que, segundo o autor, denotou um gesto simbólico no sentido de maior aproximação entre o Brasil e nações africanas.

Nesse contexto, a PEB foi concebida não apenas como uma forma de o Brasil ampliar seu poder de barganha no Sistema Internacional, mas também de estreitar os laços com as economias em ascensão do continente africano (MENDONÇA et al, 2015, p. 10). De fato, Lula enfatizou não apenas os laços históricos e culturais com a África, mas também a importância do comércio e dos investimentos para as relações bilaterais. Um exemplo evidente dessa ênfase foi o estabelecimento de uma parceria estratégica entre Brasil e Angola, em 2010 (MRE, 2010b). Além disso, segundo Waisbich e Pomeroy (2016, p. 11), na comparação com os demais países do continente africano, os fluxos de investimento entre Brasil e Angola foram os que mais cresceram, de US$ 18 milhões (2002) a US$ 1 bilhão, em 2012.

No que concerne aos projetos de cooperação entre Brasil e Angola, o Anexo do presente artigo traz uma lista dos projetos de cooperação técnica entre esses países de 1980 a 2010, conforme a base de dados do Sistema de Atos Internacionais do Ministério

[3] De acordo com Abdenur e Neto (2014, p. 3), entre 2003 e 2010, Lula realizou 12 viagens ao continente africano.

das Relações Exteriores do Brasil (MRE, 2017). A cooperação entre Brasil e Angola existe desde o ano de 1980, com o estabelecimento do primeiro instrumento de cooperação bilateral, o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Waisbich e Pomeroy (2016, p. 8) indicam que, até 2016, Brasil e Angola assinaram setenta e um atos internacionais, dos quais quarenta e cinco estão em vigor. Nesse contexto, verifica-se um incremento significativo no número desses acordos entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. De fato, de 1995 a 2003, houve o estabelecimento de sete acordos de cooperação entre Brasil e Angola, ao passo que, de 2003 a 2010, trinta acordos foram estabelecidos entre esses países.

Verifica-se, assim, que há um aumento da cooperação para o desenvolvimento entre o Brasil e Angola. Contudo, o quadro mais amplo da política externa brasileira para a África revela que esse aumento da cooperação respondeu a mudanças da política interna do Brasil para a África, o que não necessariamente implicou uma reorientação do Brasil no tocante à sua atuação internacional para a promoção da paz. Nesse sentido, verifica-se que o processo de paz de Angola não consistiu uma preocupação de longo prazo da política externa brasileira, na medida em que, ao longo da década de 1990, a pesquisa evidenciou um baixo número de projetos de cooperação entre Brasil e Angola. Embora seja imprescindível considerar o grave contexto de guerrra civil instalado no país na década de 1990, a cooperação reduzida entre Brasil e Angola ao longo desse período sinaliza para uma visão de paz eminentemente negativa, a qual buscou, em primeiro lugar, o fim dos conflitos violentos, ainda que causas estruturais, como os escassos diálogos entre as partes beligerantes estivessem relacionadas a essa violência. Nesse contexto, esperar-se-ia de uma política externa brasileira orientada para a construção da paz não apenas o engajamento em missões das Nações Unidas, mas também uma atuação mais assertiva no cenário angolano, a qual buscasse, por exemplo, favorecer o diálogo entre as partes em litígio, ultrapassando, assim uma noção de democracia baseada na promoção de eleições (BLANCO, 2016; NEWMAN et al., 2010; PARIS, 2002, p. 637-638; GOMES, 2013).

Assim, ao considerar o caso angolano, evidencia-se que a política externa brasileira deu pouca ênfase à via da cooperação para o desenvolvimento como instrumento de superação de conflitos, na medida em que o incremento de projetos de cooperação não esteve inserido em um engajamento sistemático do Brasil no processo

de paz em Angola. Com base nessa análise, a terceira seção sistematiza e debate a atuação do Brasil para a promoção da paz em Angola, com vistas a problematizar e a aprofundar a postura do Brasil nessa temática.

3. O debate sobre o "*Brazilian way*" de promoção da paz em Angola

As duas seções precedentes ofereceram uma contextualização sobre a atuação do Brasil tanto no âmbito das operações de manutenção da paz das Nações Unidas em Angola quanto no que se refere aos projetos de cooperação para o desenvolvimento entre esses países. Com esse pano de fundo, a presente seção discute em que medida a forma de inserção do Brasil no caso angolano pode ser compreendida como uma "forma genuinamente brasileira de promoção da paz". Para tanto, essa reflexão foi organizada em dois pilares: (1) a atuação do Brasil no contexto das missões de paz; (2) a sistematização de algumas questões relativamente à política externa brasileira para a promoção da paz.

No âmbito das operações de manutenção da paz das Nações Unidas, explorada na primeira seção, a literatura aponta outras contribuições do Brasil para além do envio de tropas, as quais são apresentadas, essencialmente, de três formas: (1) humanitária; (2) eleitoral; e (3) cultural. A primeira delas diz respeito às contribuições humanitárias implementadas por militares brasileiros em Angola. Segundo Seitenfus (s.d., p. 7), por exemplo, no contexto da UNAVEM III: "(...) além de uma atuação estritamente militar, muitas ações comunitárias foram realizadas nas áreas de saúde, de educação e desporto e na recuperação da malha rodoviária". Da mesma forma, Vaz (2012, p. 107) destaca a atuação do Brasil na área da saúde, por meio do envio de um contingente médico a Angola em 1992, no âmbito da UNAVEM II. No que se refere à dimensão eleitoral, por sua vez, o Brasil enviou observadores eleitorais na UNAVEM II (VAZ, 2012, p. 99). Vaz (2012, p. 104) afirma, nesse contexto, que:

> Um aspecto que merece ser ressaltado é o amplo contato dos observadores eleitorais com a população angolana durante o monitoramento da campanha eleitoral, por meio da condução das campanhas de educação cívica e de divulgação do papel da UNAVEM II no processo eleitoral. Assim, uma vez mais, os brasileiros puderam se aproximar dos habitantes locais, estreitando os laços de amizade com a população angolana (VAZ, 2012, p. 104).

Essa passagem de Vaz (2012, p. 104) relata não apenas a atuação do Brasil no contexto do processo eleitoral angolano, mas também se relaciona à terceira forma, a cultural, por meio da qual a contribuição brasileira no âmbito das operações de paz em Angola é apresentada. Essa proximidade cultural é ressaltada tanto no trecho retirado de Vaz (2012, p. 104), que menciona os "laços de amizade com a população angolana", quanto por autores como Sérgio Aguilar (2012, p. 216). Em particular, Aguilar (2012) utiliza um exemplo da atuação de militares brasileiros em Angola[4] para argumentar que o Brasil teria uma "cultura brasileira de operações de paz", caracterizada por:

> (...) uma maneira peculiar de gerenciar ou de resolver conflitos, com a utilização de atributos peculiares do povo brasileiro em prol de ações práticas que extrapolam o escopo das operações de paz e que, por isso mesmo, colaboram de maneira ímpar para os esforços das organizações internacionais (AGUILAR, 2012, p. 216).

Assim, a cultura brasileira, materializada tanto por meio da expressão amigável dos brasileiros quanto por meio de práticas lúdicas, como o futebol, a capoeira e a dança, é apresentada como um elemento central para a compreensão de um "jeitinho brasileiro" de atuação em operações de paz (AGUILAR, 2012, p. 223). Para problematizar essa dimensão cultural, e extrapolando o caso angolano para o contexto mais geral das relações entre Brasil e África, Saraiva (2010, p. 179) argumenta que, de fato, no início do século XXI, houve um "reavivamento" da política externa brasileira para a África, calcado em duas inovações: (1) a mudança com relação aos discursos "culturalistas" anteriores, no sentido de um tratamento mais pragmático e estrutural relativamente da cooperação com elites africanas e; (2) a PEB para a África foi tornada mais pública para a sociedade brasileira, por meio de instituições como o Parlamento, universidades, grupos afro-brasileiros, empresas e a opinião pública (SARAIVA, 2010, p. 179). De fato, segundo Saraiva (2010), o século XXI trouxe mudanças relevantes no que concerne à Política externa brasileira para a África:

> Em décadas passadas, os políticos brasileiros, agentes militares e empreendedores fizeram uso do que ficou conhecido como um discurso de solidariedade cultural, o qual, na maior parte do tempo, não contou com a aquiescência das partes africanas. Em muitos aspectos, esse discurso causou uma série de ilusões. Nós acreditávamos que tínhamos uma posição ou lugar

[4] No caso de Angola, Aguilar (2012, p. 218-219), apresenta o exemplo de episódio sobre um major brasileiro responsável por um local das Nações Unidas para reintegração de ex-guerrilheiros da UNITA. O major teve que lidar com famílias revoltadas que se dirigiram ao local, em um contexto de falta de alimentos. O autor destaca que, diante do quadro, o major optou pela via negocial e ofereceu gêneros alimentícios ao grupo, evitando um quadro de agravamento da violência no local.

> natural na África, e que nós éramos a única forma de conectar a Europa metropolitana aos extremamente pobres africanos (...). Há uma clara reversão nas ilusões que uma vez consideraram o Brasil uma democracia racial, capaz de funcionar como um modelo para a África, em favor de um país mais multicultural, que tem diversas similaridades com as realidades sociais africanas (SARAIVA, 2010, p. 179)[5].

Assim, Saraiva (2010, p. 179) argumenta que o Brasil modificou suas relações com a África, passando de um discurso cultural que, segundo o autor, não contou, em muitos casos, com a anuência das partes africanas, a um discurso de similaridade entre boa parte dos problemas encontrados entre o Brasil e a África, entre os quais a busca do desenvolvimento. Ao transpor esse debate para a atuação do Brasil para a promoção da paz na África, verifica-se que, no caso de Angola, a política externa brasileira deve enfrentar alguns questionamentos relativamente à sua atuação para a promoção da paz. Esses questionamentos evidenciam que a questão cultural compõe apenas uma das características fundantes de uma possível "cultura brasileira para a promoção da paz". Esses questionamentos podem ser sistematizados em três eixos: (1) em que medida a atuação do Brasil diferiu da abordagem liberal da promoção da paz? (2) em que medida a atuação do Brasil guardou proximidade com as dinâmicas locais? e; (3) em que medida a atuação do Brasil promoveu uma forma positiva de paz (GALTUNG, 1969)?

No que se refere à primeira questão, o caso angolano evidenciou uma abordagem da política externa brasileira voltada a uma promoção da paz calcada nas missões de paz das Nações Unidas. A cooperação para o desenvolvimento entre Brasil e Angola mostrou, nesse sentido, ser menos orientada ao fortalecimento do processso de paz do que a um movimento mais amplo da política externa brasileira. Nesse sentido, ao longo da década de 1990, o baixo número de projetos de cooperação entre Brasil e Angola, associado à intensa presença do Brasil em missões de paz, revelou uma perspectiva eminentemente negativa da paz por parte da Política Externa Brasileira. Essa forma de atuação é vista de maneira crítica por autores como Blanco (2016) para quem essa forma de inserção internacional do Brasil é "míope", pois uma inserção internacional mais qualificada necessitaria não apenas da contribuição com tropas, mas,

[5] Tradução da Autora. Original em inglês: "*In previous decades, Brazilian politicians, military agents and entrepreneurs, made use of what was then known as cultural solidarity, most of the times without the African part's acquiescence. In many aspects this expression caused a series of illusions. We believed we used to have a natural place or position in Africa, that we were the only way to bridge metropolitan Europe and extremely poor Africans (...). There is a clear reversion in the illusions which once considered Brazil a racial democracy, able to function as a role model to Africa, in favor of a more multicultural country, which has numerous similarities with African social realities*" (SARAIVA, 2010, p. 179).

também, passaria por "...aglutinar, de modo integrado e coordenado, diferentes tipos de atores e instituições em sua atuação na construção da paz internacional" (BLANCO, 2016, p. 23).

A segunda indagação, por sua vez, problematiza a interação do Brasil com as dinâmicas locais em Angola, uma preocupação que situada no nível de análise da perspectiva crítica da paz liberal com base na virada local (MAC GINTY e RICHMOND, 2013; GOMES, 2013). Nessa esfera analítica, um engajamento do Brasil com a sociedade local implicaria não apenas a inclusão das partes em conflito no processo de paz, mas, também a promoção de uma forma de resolução de conflitos com base em dinâmicas locais. Nesse sentido, é possível afirmar que a atuação do Brasil demonstrou pouco engajamento com o local, na medida em que a política externa brasileira atuou, precipuamente, por meio de um processo de paz formatados pelas Nações Unidas. Assim, embora os laços culturais tenham aproximado brasileiros e angolanos nas missões de paz (VAZ, 2012; AGUILAR, 2012), esses laços não evidenciam, *per se*, uma forma de promoção da paz brasileira, calcada na problematização das origens e soluções dos conflitos da sociedade angolana a partir da perspectiva dessa.

Com relação à terceira questão, o caso angolano evidenciou um elo frágil entre a cooperação para o desenvolvimento e o processo de paz angolano, na medida em que essa ferramenta foi pouco utilizada pela política externa brasileira na década de 1990, que foi um período crítico do conflito da crise angolana. Nesse sentido, Call e Abdenur (2017, p. 3) recordam que o Brasil não possui uma "doutrina de construção da paz". Essa constatação relaciona-se à atuação do Brasil em Angola, na medida em que as missões de *peacekeeping* e os projetos de cooperação para o desenvolvimento entre Brasil e Angola se apresentaram como políticas dissociadas entre si, na medida em que o baixo número desses revela pouca ênfase na conformação de condições estruturantes para apoiar o processo de paz em Angola. A cooperação na área da saúde, área essencial para a construção de uma paz baseada no desenvolvimento, por exemplo, não foi objeto de acordos entre Brasil e Angola durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Dessa forma, as três questões trazem diferentes perspectivas sobre a compreensão sobre a existência de "forma genuinamente brasileira de promoção da paz". Essas questões evidenciam a necessidade de problematizar a "forma brasileira de

construção da paz" a partir de uma perspectiva mais crítica. Essa perspectiva deve debater tanto a compreensão da política externa brasileira quanto ao papel das sociedades locais em processos de paz quanto a inserção do tema da construção da paz como um eixo de longo prazo e estruturante da atuação externa do Brasil. Essas discussões constituem um passo importante para o aprofundamento do diálogo entre os diferentes atores nacionais que atuam no contexto da PEB, como as Forças Armadas, a Agência Brasileira de Cooperação e a sociedade civil. Essa forma aprofundada de debate teria importantes consequências para a inserção internacional do Brasil na atualidade. Em 2017, por exemplo, o Brasil oficializou a retirada das tropas brasileiras do Haiti (BRASIL, 2017) e, nesse contexto, vem sendo aventada a possibilidade da atuação do Brasil em novas missões de manutenção paz na África. Uma política externa voltada para a promoção da paz abordaria, nesse contexto, a mobilização não apenas das Forças Armadas do Brasil, mas também de outros atores nacionais, como organizações não-governamentais e outros órgãos nacionais engajados na temática da cooperação para o desenvolvimento. Dessa forma, embora as questões apresentadas sejam complexas, seu enfrentamento por parte da política externa brasileira oferece possibilidades para que, futuramente, seja consubstanciada uma atuação genuinamente brasileira de promoção da paz, calcada na promoção do desenvolvimento e fundamentada na atribuição de centralidade ao protagonismo das sociedades locais em seus processos de construção da paz.

CONCLUSÃO

O presente artigo analisou a atuação do Brasil no contexto do processo de paz de Angola. A pesquisa fundamentou-se em uma perspectiva alargada de paz, a qual compreende que a paz não é obtida exclusivamente por meio da cessação de conflitos violentos, mas envolve, sobretudo, a materialização de condições duradouras para o alcance da paz, o que Galtung (1976) chamou de construção da paz.

Nesse contexto, o artigo analisou não apenas a participação do Brasil nas missões de manutenção da paz das Nações Unidas, mas, também, os projetos de cooperação para o desenvolvimento realizados entre Brasil e Angola, entre 1990 e 2010.

Enquanto o Brasil pautou sua inserção internacional em Angola na década de 1990 por meio do envio de tropas, verificou-se, no mesmo período, um número reduzido de projetos de cooperação com esse país. Assim, não obstante o número de projetos de cooperação entre Brasil e Angola tenha sido ampliado nos anos 2000, verifica-se que esses projetos estiveram ligados menos ao processo de paz angolano do que a uma modificação da política externa brasileira do governo Lula, o que não necessariamente representou uma reorientação do Brasil no tocante à sua atuação internacional para a promoção da paz.

Dessa forma, embora as afinidades culturais entre Brasil e Angola tenham sido destacadas por diferentes autores nacionais para afirmar um "jeitinho brasileiro" em operações de paz, o artigo argumentou que essas afinidades não são suficientes para afirmar uma política genuinamente brasileira para a promoção da paz. Para que essa alcunha possa, no futuro, ser pertinente à política externa brasileira, ao menos três questões devem ser problematizadas: (1) em que medida a atuação do Brasil diferiu de uma abordagem liberal de promoção da paz? (2) em que medida a atuação do Brasil preocupou-se com a problematização do papel das dinâmicas locais no contexto da resolução de seus conflitos? e; (3) em que medida a atuação do Brasil promoveu uma forma positiva de paz?

Dessa forma, com base no caso angolano, afirma-se que o "jeitinho brasileiro de promoção da paz" é, ainda, uma caracterização controversa para explicar a forma de atuação externa do Brasil para a construção da paz. Ainda assim, a conformação de uma política externa brasileira que tenha na construção da paz um de seus eixos estruturantes, ou, como afirmou Call e Abdenur (2017), uma "doutrina brasileira de construção da paz", pode consubstanciar uma oportunidade relevante para que o Brasil fortaleça o elo entre suas iniciativas internacionais para a promoção da paz e do desenvimento. Assim, embora a afinidade cultural seja comumente utilizada para explicar a política externa brasileira para a promoção da paz na África, essa característica não isenta o país da necessidade de pensar, de forma crítica, a atuação do Brasil relativamente à promoção da paz (*peacebuilding*) no contexto mais amplo de sua política externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana E.; NETO, Danilo M. de S. *Brazil's growing relevance to peace and security in Africa.* Disponível em: http://noref.no/Themes/Emerging-powers/Publications/Brazil-s-growing-relevance-to-peace-and-security-in-Africa. Acesso em: 25 de Abril de 2017, 2014.

AGUILAR, Sérgio *Uma cultura brasileira de missões de paz.* In: BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (2012) (org.) Diplomacia brasileira para a paz Brasília: FUNAG, 2012.

BELLAMY, Alex J., WILLIAMS, Paul; GRIFFIN, Stuart *Understanding Peacekeeping*. Cambridge: Polity, 2004.

BLANCO, Ramon *A miopia brasileira na construção da paz internacional. Le Monde Diplomatique Brasil.* Edição de Fevereiro, 2016.

CALL, Charles T., e ABDENUR, Adriana Erthal *"A "Brazilian Way"? Brazil's Approach to Peacebuilding"*. Washington, DC: Brookings, 2017. (Geoeconomics and Global Issues, 5). http://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/03/lai_20170228_brazilian_way_peacebuilding1.pdf

FONSECA, João M. da; ESTEVES, Paulo L.; GOMES, Geovana Z. *Brazilian Health and Agricultural Cooperation in Angola: An overview* BPC Policy Brief. V. 3. N. 02 - Janeiro - Abril. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2015.

FONTOURA, Paulo R. C. T. da *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas.* Brasília: FUNAG, 2005

GALTUNG, Johan *Violence, Peace, and Peace Research.* Journal of Peace Research, Vol. 6, No. 3, pp. 167-191, 1969.

GALTHUNG, Johan *Three Approaches to Peace: Peacekeeping, peacemaking and peacebuilding.* In: Peace, War and Defence: Essays in peace research. Vol. 2, pp. 282-304, 1976.

GOMES, Áureo de T. *Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding.* Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, Vol.2. No.3. Disponível em: http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes. Acesso em: 11 de junho de 2017, 2013.

HODGES, Tony *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism* Indiana: Indiana University Press, 2001.

KENKEL, K. M. *Interesses e Identidade na Participação do Brasil em Operações de Paz* in Revista tempo do mundo. Volume 3. Número 2, 2011.

KENKEL, K. M. *O peacebuilding do Brasil na África e no Haiti: uma alternativa à paz liberal, ou só maquiagem?* 4º. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2013.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver P. *The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace*. Third World Quarterly. Vol. 34, No5. pp. 763-783, 2013.

MEIJER, Guus, BIRMINGHAM, David *Angola from past to present. In: From military peace to social justice? The Angolan peace process.* London: Conciliation Resources, 2004. Disponível em: http://www.c-r.org/resources/military-peace-social-justice-angolan-peace-process. Acesso em: 25 de Abril de 2017.

MENDONÇA JÚNIOR, W. and DE FARIA, C. A. P. *A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) e Lula da Silva (2003–2010).* Revista Brasileira de Política Internacional 58 (1): 5-22, 2015.

NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver P. *Introduction. In: New Perspectives on Liberal Peacebuilding.* Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, p. 3-25, 2010.

NSIA-PEPRA, Kofi *UN Robust Peacekeeping - Civilian Protection in Violent Civil Wars.* US: Palgrave Macmillan, 2014

PARIS, Roland *International peacebuilding and the 'mission civilisatrice'. Review of International Studies.* Vol. 28, p. 637–656. British International Studies Association, 2002.

SAMPAIO, Henriqueta *A Política Externa Brasileira no Processo de Paz em Angola: da Reconstrução da Paz à Construção da Paz Positiva*. 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais 29 a 31 de julho de 2015. Disponível em: http://www.encontronacional2015.abri.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=14%20#H. Acesso em: 25 de Abril de 2017.

SARAIVA, José Flávio Sombra *The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy.* Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 53, n. spe, p. 169-182, Dez 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

SEITENFUS, Ricardo *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz* Disponível em: www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus - De Suez ao Haiti.pdf Acesso em: 10 de junho de 2017.

VAZ, Carlos Alberto Moutinho. *As relações econômicas e militares entre o Brasil e os países-sede das missões de paz da ONU com participação brasileira: O caso de Angola*. Tese (Doutorado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

WAISBICH, Laura T.; POMEROY, Melissa. *Angola e Brasil: operacionalizando o conceito de cooperação sul-sul? observatório Brasil e o Sul. No. 4 Janeiro 2016.* Disponível em: http://obs.org.br/comercio-e-investimento/852-angola-e-brasil-operacionalizando-o-conceito-de-cooperacao-sul-sul. Acesso em: 10 de junho de 2017.

REFERÊNCIAS DAS FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL *Forças Armadas do Brasil encerram missão de paz no Haiti em outubro.* Disponível em: http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/04/forcas-armadas-do-brasil-encerram-missao-de-paz-no-haiti-em-outubro. Acesso em: 11 de junho de 2017.

EB *Past Operations.* Disponível em: http://www.eb.mil.br/en/unavem. Acesso em 10 de junho de 2017.

MRE *"Agência Brasileira de Cooperação," Apresentação do Ministro Marco Farani. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).* 2010a. Disponível em: http://www.cebri.org/evento/seminario:_brasil_e_china_na_africa;jsessionid=78CC7DFA56C8B8B3F6E6DAAB05261F61. Acesso em 5 de Junho de 2017.

MRE *Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola*. 2010b. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/declaracao-conjunta-sobre-o-estabelecimento-de-parceria-estrategica-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-de-angola. Acesso em: 11 de junho de 2017.

MRE *Acordos Bilaterais vigentes entre Brasil e Angola. 2017.* Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil. Acesso em 10 de junho de 2017.

PNUD *Ranking IDH Global 2014.* 2015. Disponível em: http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html. Acesso em: 11 de junho de 2017.

S/RES/1118 *Resolução no 1118, de 30 de Junho de 1997 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.* http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1118(1997). Acesso em 10 de junho de 2017.

S/RES/1229 *Resolução no 1229, de 26 de fevereiro de 1999 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.* Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1229 (1999). Acesso em 10 de junho de 2017.

S/RES/1268 *Resolução no 1268, de 15 de Outubro de 1999, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.* Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1268(1999). Acesso em 10 de junho de 2017.

S/RES/1433 *Resolução no 1433, de 15 de agosto de 2002, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.* Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1433(2002). Acesso em: 10 de junho de 2017.

S/RES/626 *Resolução no 626, de 20 de dezembro de 1988 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.* Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/626(1988). Acesso em 10 de junho de 2017.

S/RES/696 *Resolução no 696, de 30 de maio de 1991 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.* Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/696 (1991). Acesso em 10 de junho de 2017.

S/RES/976 *Resolução no 976, de 8 de fevereiro de 1995 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.* Disponível em:

http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/976 (1995). Acesso em 10 de junho de 2017.

ANEXO: Acordos e Protocolos entre Brasil e Angola entre 1980 e 2017

Acordos e Protocolos Vigentes entre Brasil e Angola	Celebração
Protocolo entre o governo da República de Angola e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Facilitação de Vistos	16/06/2014
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto Piloto em Doença Falciforme	23/06/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária	23/06/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola	23/06/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do projeto Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos	23/06/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola	23/06/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto Fortalecimento da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola	17/07/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola	17/07/2008
Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola	09/11/2007
Memorando de Entendimento para Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos	18/10/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto Escola para Todos	18/10/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto Capacitação para Elaboração de Proposta de Reforma Curricular	18/10/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária	18/10/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto Formação de Docentes em Saúde Pública em	09/07/2007

Angola	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola	09/07/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola	26/05/2006
Acordos e Protocolos Vigentes entre Brasil e Angola (cont.)	**Celebração**
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública	03/05/2005
Programa Executivo de Cooperação Cultural para 2004 a 2006	04/11/2003
Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999	04/11/2003
Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária	03/11/2003
Protocolo de Cooperação Técnica para apoio ao Instituto de Formação da Administração Local (IFAL)	03/11/2003
Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para apoiar o Desenvolvimento do Programa Escola para Todos em sua fase Emergencial (2004-2007)	03/11/2003
Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica	03/11/2003
Ajuste Complementar no Domínio do Desporto	03/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rual como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola	03/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola	03/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional	03/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional Escola para Todos, em sua fase Emergencial (2002-2015)	01/08/2002
Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública	14/11/2000
Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços	31/05/1999
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional	28/04/1999
Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional	10/09/1991
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	20/10/1983

sobre Cooperação no Campo das Comunicações, de 11/06/80	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, de 11/06/80, na Area de Comércio	12/04/1983
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica	11/06/1980
Acordo de Cooperação Cultural e Científica	11/06/1980

Fonte: Organizado pela autora com base em MRE (2017).

Acordos e Protocolos Não Vigentes entre Brasil e Angola	Celebração
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto Inserção Social pela Prática Esportiva	19/01/2005
Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio do Petróleo	04/11/2003
Protocolo de Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente	03/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola	03/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, para Atividades de Fortalecimento das Instituições de Planejamento do Governo de Angola	04/09/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para o Fortalecimento Institucional do Ministério da Família e Promoção da Mulher	04/09/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional	25/11/1996
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio de Energia Elétrica e Águas	15/07/1992
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio da Geologia e Mineração	15/07/1992

Fonte: Organizado pela autora com base em MRE (2017).